



Eunício quer reforma política valendo para eleições de 2018



Marcos Brambilla/Senado Federal

Eunício: prazo é exiguo para que as mudanças possam valer no ano que vem, mas é possível votar a proposta a tempo

Proposta que põe fim a coligações nas eleições proporcionais e reduz número de partidos no Congresso deve voltar ao Senado se deputados modificarem o texto

O presidente do Senado considera o fim das coligações e a redução da quantidade de partidos as mudanças mais importantes a serem aprovadas a tempo de valerem para as eleições de 2018.

— As duas principais matérias dessa reforma já aprovamos. Essa PEC acaba com a farra de multiplicação dos partidos, proibindo a coligação, e estabelece cláusula de barreira — disse Eunício.

Se a Câmara aprovar mudanças no texto, a proposta deve retornar para análise dos senadores.

Além de informar que pretende pautar o quanto antes a votação da PEC, o presidente do Senado criticou a criação de um fundo especial para campanhas eleitorais, argumentando que não é razoável aumentar despesas num momento em que o país passa por severa crise econômica, aumenta impostos para pessoas físicas e precisa garantir a volta ao trabalho de 14 milhões de pessoas.

— Sou contra a forma. Se tem que criar um fundo, por que não buscar dinheiro já existente e que está sendo gasto com a política? **3**

OMC: modelo de emprego deve seguir a evolução tecnológica

Nas economias avançadas, 80% das perdas de postos de trabalho são ligados à inovação tecnológica. Esse fenômeno tende a ser ainda mais forte nos países em

desenvolvimento, provocando crises estruturais de desemprego, disse em debate o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo. **7**



Pedro França/Agência Senado

Azevêdo e Jorge Viana em audiência na Comissão de Relações Exteriores



Marcos Oliveira/Agência Senado

Deputado Fábio Garcia (2º à esq.), presidente da comissão, ao lado da senadora Lídice da Mata, relatora da medida

Sindicalistas querem acordo de leniência pela Susep

Servidores das autarquias que integram o sistema de regulação do mercado financeiro pediram ontem mudanças na medida provisória que autoriza o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários a estabelecer acordos

de leniência com pessoas físicas e empresas.

Uma das alterações defendidas pelos sindicalistas é a inclusão da Superintendência de Seguros Privados (Susep) entre as autarquias autorizadas a adotar o novo rito processual. **5**

Mulheres precisam contar sua história, aponta debate **6**

Para pesquisador do Ipea, Brasil tem que planejar **5**

Renegociação de débitos será votada na terça **8**

Especialistas pedem clareza em tratamentos do SUS

Ouvidos ontem em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, médicos, professores e representantes do Ministério da Saúde disseram que o país precisa ter critérios mais

claros de custo-efetividade para maximizar os ganhos e minimizar os custos no uso de novas tecnologias e medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS). **4**



Generaldo/Mangela/Agência Senado

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Denizar Vianna fala em debate presidido por Ana Amélia (3ª à esq.)

Medida que parcela dívidas com INSS chega ao Senado

O Senado vai examinar a medida provisória que parcela dívidas previdenciárias de estados e municípios. O parcelamento vale para dívidas vencidas até 30 de abril. A medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados na terça-feira, como projeto de lei de conversão. **8**

Subcomissão do Estatuto do Trabalhador já tem cronograma

Colegiado decidiu realizar duas audiências públicas sugeridas pelos colaboradores do colegiado — já marcadas — para instruir a elaboração do anteprojeto de lei trabalhista, que deve ser apresentado em 1º de maio de 2018, Dia do Trabalhador. **2**



Gerardo Magalhães/Agência Senado - 23/8/2017

Paim, entre Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, é vice-presidente do grupo que trata da criação do documento

Subcomissão do Estatuto do Trabalhador define agenda

Criado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, colegiado já tem duas audiências públicas marcadas e pretende apresentar anteprojeto em 2018, no 1º de maio, Dia do Trabalhador

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na quarta-feira o cronograma de atividades da subcomissão temporária que trata da criação do Estatuto do Trabalho. O grupo, formado por três senadores titulares e três suplentes, terá reuniões quinzenais e pretende apresentar o anteprojeto do estatuto em 1º de maio de 2018, Dia do Trabalhador.

Duas audiências públicas já foram aprovadas: a primeira debaterá o tema “Experiências internacionais de codificação do trabalho” e, de acordo com o vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (PT-RS), o objetivo é comparar a realidade do Brasil e de outros países em termos de salário, jornada de trabalho e outros pontos

importantes das relações entre empregados e empregadores.

— A intenção é trazer experiências da França, Portugal, Itália e de outros países, experiências, inclusive, comparando salário mínimo nesses países e no Brasil, e as relações trabalhistas — explicou Paulo Paim.

A segunda audiência terá como tema os “Princípios da Organização Internacional do Trabalho e da Constituição para o trabalho”. Segundo Paim, as duas audiências públicas foram sugeridas pelos colaboradores da Subcomissão do Estatuto do Trabalho.

— Juízes, advogados trabalhistas, ministros do Tribunal Superior do Trabalho e entidades sindicais que estão se debruçando sobre o Estatuto do Trabalho, já que a tal

reforma trabalhista abandonou os princípios da própria Constituição e as regras da OIT sobre o mundo do trabalho — afirmou.

A audiência sobre as experiências trabalhistas internacionais será no dia 29 de agosto e o debate sobre os princípios da OIT e da Constituição para o trabalho, no dia 11 de setembro.

Audiências públicas

A Comissão de Direitos Humanos aprovou também a realização de três outras audiências públicas: uma sobre o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal, uma segunda sobre a securitização de créditos recebíveis e a terceira sobre a perda de cargo público pelo servidor público estável por insuficiência de desempenho.

Temer veta prazo maior para isenção de cinemas

O presidente Michel Temer vetou integralmente o projeto de lei de conversão resultante da Medida Provisória 770/2017, aprovado pela Câmara e pelo Senado. O texto aprovado pelos senadores no último dia 1º prorrogava o prazo para utilização do benefício fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) até 31 de dezembro de 2019, em vez de dezembro de 2017, como previsto inicialmente na MP.

O veto foi publicado ontem no Diário Oficial da União. Na mesma edição, está a Medida Provisória 796/2017, que retoma o prazo original de utilização do Recine.

O veto ocorreu, segundo Temer, porque a versão aprovada

pelo Congresso “não apresentou o impacto orçamentário e financeiro decorrente da renúncia fiscal nem a respectiva medida de compensação”. A relatora da MP 770 foi Marta Suplicy (PMDB-SP).

Benefícios

O Recine suspende a cobrança de todos os tributos federais que recaem sobre a aquisição de equipamentos e materiais para a construção ou modernização de salas de cinema. Ele foi criado pela Lei 12.599/2012 e deveria vigorar até março deste ano.

Com o regime especial deixam de ser cobrados de investidores e exibidores PIS, Cofins, Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incidem sobre as operações

no mercado interno ou na importação dos equipamentos.

Na época da edição da MP 770, em março deste ano, o governo alegou que a prorrogação visava estimular os investimentos na implantação de novas salas de cinema. A previsão era de que seriam construídas 150 novas salas com a prorrogação do regime em 2017. O volume da renúncia fiscal previsto era inferior a R\$ 11 milhões.

Tramitação

A MP 796 será analisada em uma comissão mista. É nesta fase que são apresentadas as emendas e realizadas as audiências públicas. O texto segue depois para votações nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Com a Agência Câmara

Eunício diz que pode pautar Lei das Teles assim que o STF decidir

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem ao ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e a representantes de setores de telecomunicações que não terá dificuldade em pautar o projeto que altera a Lei Geral das Telecomunicações se o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar que o texto seja votado no Plenário.

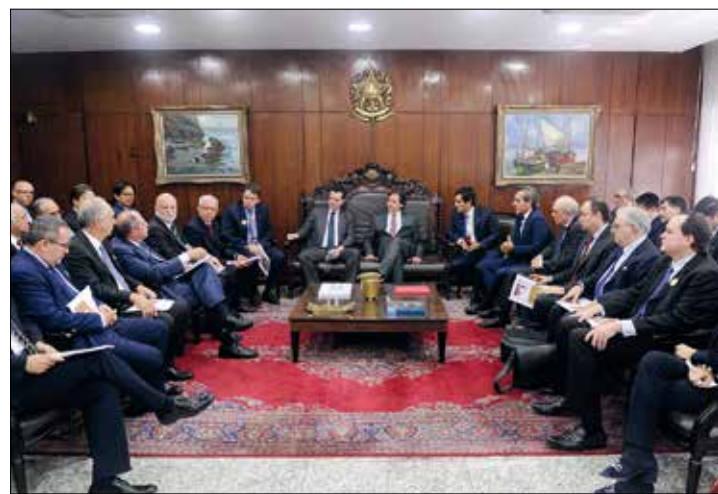
O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 79/2016 foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional do Senado e encaminhado à sanção presidencial. Mas atendendo a um pedido de senadores da oposição, o STF decidiu liminarmente que a proposta deveria ser analisada também pelo Plenário.

Eunício decidiu, então, esperar pela votação do mérito do projeto no Supremo.

Kassab afirmou que o importante era saber da disposição do presidente do Senado em pautar a matéria. Durante a conversa, o grupo ainda considerou ir ao Supremo para discutir o assunto.

Entre os participantes da reunião, estavam representantes da Agência Nacional de Telecomunicações, da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, do Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal e do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Marcos Brantley/Senado Federal

Reunião na Presidência do Senado para discutir nova Lei das Teles

ILB e Sindilegis podem atuar para capacitar mais servidores

O presidente do Sindilegis, Petrus Elesbão e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, reuniram-se na terça-feira para definir forma de cooperação entre os órgãos, com intuito de ampliar as ações de capacitação dos servidores do Legislativo.

Segundo Elesbão, o Sindilegis poderá ajudar o ILB

a aumentar o alcance junto aos servidores da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele informou que, em breve, deverá ser assinado um termo de compromisso.

— Queremos colocar o sindicato à disposição do ILB para o desenvolvimento de novos cursos para os colegas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Pronunciamentos de senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Eunício: Senado vota logo a reforma política

Presidente afirmou não abrir mão da cláusula de barreira e do fim das coligações nas eleições proporcionais, já aprovadas pela Casa, e criticou fundo para financiar partidos

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, informou ontem que, se preciso, vai pautar de imediato a Proposta de Emenda à Constituição que estabelece cláusula de barreira aos partidos e termina com as coligações partidárias nas eleições proporcionais. A PEC 36/2016 já foi aprovada anteriormente pelos senadores e está numa comissão especial da Câmara (PEC 282/2016 na Câmara). Porém terá de voltar ao Senado se os deputados modificarem a proposta.

Ao comentar a reforma política, Eunício disse considerar um grande avanço se essas duas mudanças já começarem a valer a partir das próximas eleições, no ano que vem, diante da dificuldade de se aprovar uma reforma muito ampla num período tão curto.

— Vamos ver o que a Câmara vai aprovar, para que o Senado chancela ou não. Isso é do sistema bicameral. Funciona dessa forma. Mas já fizemos nosso dever de casa. As duas principais matérias dessa reforma já aprovamos.

Essa PEC acaba com a farra de multiplicação dos partidos, proibindo a coligação, e estabelece cláusula de barreira.

Coligações

Eunício disse que não é possível viver num país com 50 partidos políticos que fazem coligações sem um mínimo de coerência.

— Não podemos permitir coligações de partido de extrema esquerda com extrema direita. Nós vemos coligações esdrúxulas e, no dia seguinte das eleições, elas são extintas, num oportunismo de quem tem medo do eleitor — argumentou.

Fundo de campanha

Ele também pediu bom senso aos parlamentares e criticou a proposta de criação de um fundo para financiar as eleições num momento em que o país passa por grave crise econômica.

— Não podemos buscar dinheiro novo para se criar um fundo. Se fosse num período normal da economia, tudo



Em entrevista, Eunício disse que, em um momento de crise econômica, não é possível criar despesa com fundo

bem. A democracia tem que ser financiada. Mas num período em que o governo corta tudo e propõe aumento de imposto de pessoas físicas. Temos 14 milhões de desempregados. Vamos tirar dinheiro dessa gente que tem dificuldade de

botar comida na mesa? Não sou contra o fundo por ser contra. Sou contra a forma. Se tem que criar um fundo, por que não buscar dinheiro já existente e que está sendo gasto com a política?

O presidente do Senado

também descartou a votação de qualquer proposta que trate de doação oculta para campanhas eleitorais.

— As doações que eram claras, legítimas, declaradas estão *sub judice*. Imagina fazer algo que fosse ocultar o doador, mesmo que fosse pessoa física? Eu não vou fazer algo com que eu não concorde, em relação ao sentimento pessoal, ao sentimento da maioria da Casa e ao sentimento das ruas — afirmou.

Câmara dos Deputados votará proposta do Senado para eleições de 2018

O Plenário da Câmara deve votar na terça-feira a Proposta de Emenda à Constituição que altera as regras para as eleições do ano que vem (PEC 282/2016). Os deputados mudaram o texto do Senado (PEC 36/2016) e, por isso, se aprovada na Câmara, a PEC volta para os senadores.

O atual texto acaba com as coligações partidárias para a escolha de deputados estaduais e federais. A proposta que saiu do Senado no ano passado previa essa mudança apenas para 2020. Mas os deputados anteciparam para 2018 o fim das coligações nas eleições proporcionais.

A PEC 282/2016 também cria regras de desempenho para que os partidos políticos tenham acesso ao dinheiro do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e

na TV. Só terão direito as legendas que obtiverem 3% dos votos válidos nas eleições para a Câmara. Eles precisam estar distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% dos votos válidos em cada uma delas.

Alternativa

O relatório da deputada Shéridan (PSDB-RR) prevê uma alternativa, caso os partidos não obtenham esse desempenho: assegurar pelo menos 15 deputados, distribuídos em um terço das unidades da Federação. Caso nenhuma das regras seja respeitada, as legendas perdem o dinheiro do fundo partidário e o tempo de rádio e TV.

Esses critérios valem apenas a partir das eleições de 2030. Até lá, haverá regras de transi-

ção. Para as eleições de 2018, a PEC exige dos partidos 1,5% dos votos válidos ou a eleição de pelo menos 9 deputados na Câmara. Para 2022, 2% dos votos válidos ou 11 deputados. Para 2026, 2,5% dos votos ou 13 deputados.

Federações

A intenção da proposta é reduzir o número de partidos. Mas as siglas que não alcançarem a cláusula de barreira e tenham afinidade ideológica podem se unir em federações. Se, juntas, alcançarem os critérios de desempenho, as legendas garantem o direito ao fundo e à propaganda no rádio e na TV.

Mas há uma condição: os partidos que integram a federação precisam ficar unidos por pelo menos quatro anos. Se uma sigla deixar o grupo

antes disso, os repasses do fundo partidário são cancelados, assim como o acesso ao rádio e à TV.

Fidelidade

O texto também prevê regras para a fidelidade partidária. Perde o cargo o detentor de mandato eletivo que se desfiliar do partido pelo qual foi eleito — inclusive vice e suplente. Mas há duas exceções: o político pode mudar de partido se for eleito por uma sigla que não atinja a cláusula de barreira ou se a legenda original apresentar “mudança substancial ou desvio reiterado do programa”.

O texto prevê ainda uma “janela” para a mudança de partido nas eleições de 2018: 2 de março, 30 dias antes da data limite para filiação dos candidatos.

Juros de longo prazo

Eunício Oliveira informou ainda que pautará a votação da medida provisória que cria a Taxa de Juros de Longo Prazo (TLP), desde que chegue com duas sessões antes de perder a validade.

— Tem que chegar aqui duas sessões antes [de vencer]. Se chegar, eu pautarei e colocarei em votação a matéria — disse Eunício.

A TLP vai balizar os empréstimos fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas. A MP, que vence no dia 7 de setembro, aguarda votação da Câmara.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Sessão do Congresso para votação de créditos e vetos é adiada para terça

Por falta de quorum, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, suspendeu a sessão do Congresso Nacional de ontem e a reagendou para as 11h da terça-feira.

De acordo com a Constituição, o presidente do Senado também preside a Mesa do Congresso Nacional.

Eunício chegou a esperar meia hora para que o quorum

de deputados e senadores fosse alcançado, o que acabou não ocorrendo.

— Não deu. Aguardei o quorum, mas não deu. A articulação de colocar parlamentares para votar matérias de interesse do governo é do governo, não é do presidente do Senado nem do presidente do Congresso — disse Eunício à imprensa, na saída do

Plenário da Câmara.

Assim, ficou para a próxima semana a votação da pauta do Congresso, que tem 16 vetos, 11 projetos de lei e um projeto de resolução pendentes de apreciação.

Vetos

Entre os vetos de Michel Temer a serem votados, está o veto parcial (VET 50/2016)

à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (LDO — PLN 2/2016) e o veto parcial (VET 49/2016) ao projeto que regulamenta a profissão de designer de interiores (PLC 97/2015).

Também consta da pauta o veto total (VET 9/2017) ao projeto que trata da interdição cautelar de estabelecimentos envolvidos na prática

de infração sanitária, como a falsificação de medicamentos (ECD 2/2014).

Deputados e senadores também terão de analisar o projeto que destina R\$ 38 milhões a órgãos do Executivo (PLN 11/2017) e o que destina R\$ 37 milhões para a Justiça Eleitoral, para a Defensoria Pública da União e outros órgãos (PLN 12/2017).

Tratamento no SUS precisa de critérios claros

Opinião foi dada por especialistas na audiência da Comissão de Assuntos Sociais que discutiu projeto de lei sobre o uso do chamado indicador de custo-efetividade

O BRASIL PRECISA adotar critérios de custo-efetividade no uso de novas tecnologias e medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS), para maximizar os ganhos em saúde e minimizar os custos, disseram ontem os participantes de audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Eles trataram do Projeto de Lei do Senado (PLS) 415/2015, que determina o uso e a divulgação do chamado indicador de custo-efetividade (Icer, na sigla em inglês) para esses processos decisórios. Para os especialistas, é preciso garantir transparência e justiça ao processo de inclusão de tratamentos para a população, mas não pode seguir somente esse critério, afinal, são decisões de vida ou morte.

A proposta, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), estabelece regras claras aos processos de incorporação de novos tratamentos, tornando-os mais ágeis e evitando a intensa judicialização que tem ocorrido no setor.

— Não é possível continuar com esta regra de judicialização sem que possamos aprimorar os tratamentos e as terapias que possam estar disponíveis para a população. É claro que fica sempre a discussão de caráter orçamentário, mas é uma discussão que pouco me sensibiliza, num país onde tantas pessoas



Professores, médicos e representantes do Ministério da Saúde em audiência da Comissão de Assuntos Sociais presidida por Ana Amélia (3ª à esq.)

morrem por falta de uma oportunidade — disse o senador.

Tipos de avaliação

Na opinião do diretor de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Sociedade Brasileira de Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista, Marcelo Queiroga, a proposta deve ser aprovada, pois regulamenta a lei que criou o SUS. A Lei 8.080/1990 determina que os medicamentos e terapias fornecidas pelo SUS deverão ser avaliados quanto à eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade para as diferentes fases evolutivas da doença.

— A lei é explícita, precisa se dizer à sociedade qual é o parâmetro de custo-efetividade que vai ser usado na saúde. Não que seja o único, mas quando for utilizar, que se diga

qual é o valor e que isso fique claro — afirmou.

O representante da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), Gustavo Oliveira, lembrou que o órgão já se baseia, para a aprovação de tratamentos a serem cobertos pelo sistema público, em quatro tipos de avaliações, entre elas custo e efetividade.

Segundo ele, os técnicos escolhem o melhor método, dependendo da tecnologia e do tratamento a ser avaliado, para quantificar o benefício clínico. Eles podem considerar o custo-minimização, que compara duas tecnologias equivalentes; o custo-benefício, o menos usado; o custo-efetividade, que quantifica benefícios clínicos por ano de vida ou percentual de cura; e

o custo-utilidade, cujo parâmetro é a qualidade de vida.

— Tomar decisões com base exclusivamente na avaliação de custo-efetividade significa abrir mão de quaisquer outras informações necessárias para o julgamento e melhor decisão de saúde — afirmou.

Doenças raras

A pesquisadora Carisi Polanczyk, vice-coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Avaliação em Tecnologias em Saúde, disse ser preciso adotar um limiar de custo-efetividade (o Icer), mas ele não pode ser exclusivo e precisa ser diferente, por exemplo, para as doenças raras. A cientista pediu que a Conitec seja mais clara sobre os critérios usados para incorporar ou não uma tecnologia:

se foi pela segurança, pela efetividade ou pelo custo, mas que isso fique explícito.

A distribuição aleatória dos processos de incorporação aos núcleos de avaliação de tecnologia e saúde (parceiros da Conitec, órgão responsável pela aprovação) foi vista com ressalva pelos participantes. Para eles, a aleatoriedade — inserida no texto para evitar direcionamento nas decisões — poderia prejudicar a análise, pois um processo eventualmente seria enviado a algum núcleo com menos conhecimento sobre o tema.

A sugestão de Marcelo Queiroga é que se inclua a exigência da aptidão sobre o assunto, associada à distribuição aleatória, para as análises sobre os tratamentos médicos a serem adotados no âmbito do SUS.

Relator da denúncia contra Lindbergh será sorteado na terça

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado define na terça-feira o relator da denúncia contra o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) por quebra de decoro parlamentar.

A reunião do Conselho de Ética será realizada às 15h.

A acusação foi aceita no dia 10 de agosto pelo presidente

do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA).

A denúncia (DEN 2/2017) foi registrada por José Medeiros (Pode-MT), que argumenta que Lindbergh “impediu a continuidade regular” da última reunião do conselho, no dia 8 de agosto.

Medeiros exige uma medida

disciplinar pelo comportamento do líder do PT. Segundo ele, Lindbergh teria “ofendido” e “agredido” os parlamentares presentes, questionado a autoridade do conselho e do presidente do colegiado, e “incitado o tumulto” na reunião.

A sessão do dia 8 destinava-se a sortear o relator da repre-

sentação, também protocolada por Medeiros, contra as seis senadoras que ocuparam a mesa do Plenário no dia da votação da reforma trabalhista.

Crítica

Na ocasião, Lindbergh, que não é membro titular do colegiado, criticou o arquivamento

pelo conselho do pedido de cassação do mandato de Aécio Neves (PSDB-MG). A denúncia dizia respeito às conversas gravadas entre Aécio e o dono da JBS, Joesley Batista. Chegou a ser apresentado recurso contra o arquivamento do pedido, mas não foi aprovado pelo Conselho.

Viana critica extinção de reserva na Amazônia

Jorge Viana (PT-AC) criticou a extinção da reserva nacional de 40 mil Km² entre o Pará e o Amapá. Segundo ele, a área que será liberada para exploração mineral é superior ao tamanho de quarenta países, como Israel e Bélgica. O senador também lamentou o anúncio de privatização do único satélite inteiramente nacional, da Casa da Moeda e da Eletrobrás. O senador disse que a empresa de energia já recebeu mais de R\$ 400 bilhões em investimentos públicos. Agora, o governo pretende vendê-la por R\$ 20 bilhões.

— Temos que parar, frear, impedir, proibir medidas desse tamanho para atender interesses de governo, seja que governo for. Medidas como essa têm que atender o interesse nacional.

Líder do PT diz que pacote de privatizações é “feirão”

A privatização de empresas e bens públicos anunciada pelo Poder Executivo é “um feirão, uma liquidação a preço de banana”, criticou Lindbergh Farias (PT-RJ). De acordo com o Palácio do Planalto, 57 ativos serão vendidos ou concedidos. Entre eles, a Eletrobrás, a Casa da Moeda, trechos de rodovias, 14 aeroportos e 16 portos.

Lindbergh leu uma nota da ex-presidente Dilma Rousseff, que questiona a privatização da Eletrobrás. Ela classifica a medida como “traição aos interesses da nação” e “um crime contra a soberania nacional, a segurança energética do país e o povo brasileiro”.



Pedro França/Agência Senado

Hélio José questiona recuperação da Petrobras

A recuperação da Petrobras pode estar ocorrendo de maneira não sustentável, disse Hélio José (PMDB-DF). Ele comentou o balanço de atividades da empresa do primeiro trimestre de 2017, que registrou lucro líquido de R\$ 4,45 bilhões.

O senador afirmou que esse lucro, de acordo com a Associação dos Engenheiros da Petrobras, foi alcançado por meio da venda de ativos da estatal e pode ser ilusório. Segundo Hélio José, a empresa alega que o resultado foi conquistado pelo aumento das exportações, redução de despesas e venda da participação da Petrobras na Nova Transportadora do Sudeste.



Rogério de Sá/Agência Senado

Armando Monteiro lamenta violência em Pernambuco

Armando Monteiro (PTB-PE) lamentou a escalada de violência em Pernambuco. Segundo dados do governo estadual, em julho houve 447 assassinatos no estado, o maior índice para o mês em 10 anos. E em relação a julho de 2012, a quantidade de homicídios dobrou.

De acordo com o senador, no primeiro semestre de 2017, Pernambuco, que tem apenas 4,6% da população brasileira, foi responsável por 54% do aumento de mortes violentas ocorridas no país.

— Esse é um dado alarmante. Se continuar nesse ritmo, ao final de 2017, Pernambuco vai registrar 5.400 assassinatos em um único ano — lamentou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Servidores querem mudar texto que autoriza acordo de leniência pelo BC

MP aumenta poder punitivo do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, para permitir que celebrem acordos com pessoas físicas ou empresas

Servidores das autarquias que integram o sistema de regulação do mercado financeiro defenderam ontem alterações na Medida Provisória 784/2017. O texto do governo aumenta o poder punitivo do Banco Central (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que passam a ter prerrogativa para estabelecer acordos de leniência com pessoas físicas e empresas.

Os sindicalistas que participaram da audiência pública realizada pela comissão mista que analisa a MP apresentaram diversas reivindicações. Houve desde apelos para mudar o nome das carreiras de nível superior, de analistas para auditores, até a inclusão da Superintendência de Seguros Privados (Susep) entre as autarquias autorizadas a adotar o novo rito processual.

Redução da pena

A MP prevê que pessoas físicas ou jurídicas que reconhecerem a prática de irregularidades, colaborando com o BC e a CVM, poderão diminuir as penalidades aplicáveis em até dois terços e até mesmo extinguir processos em andamento.

A medida também aumentou de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões o valor das multas que poderão ser aplicadas às instituições financeiras. Para os participantes da audiência pública, a terceira feita pela comissão mista, a MP é “incompleta”, mas contribui para aperfeiçoar a supervisão dos mercados.

A presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Susep, Oziane Nascimento



Walfrido, deputado Fabio Garcia, Lídice, Osiane, Jordan e Florisvaldo na comissão que debate a medida provisória

Arieira, registrou a “insatisfação e a surpresa” da categoria com o fato de a autarquia não ter sido incluída na nova legislação. Ela disse que o mercado de seguros é um braço importante do mercado financeiro, com receitas que chegaram a R\$ 239 bilhões em 2016. Para riscos calculados em R\$ 785 bilhões, as garantias vão a mais de R\$ 820 bilhões.

— Para que se tenha ideia, 32% das receitas do conglomerado Bradesco vieram em 2016 do seu braço segurado — afirmou, informando que foi solicitada audiência ao Ministério da Fazenda para que seja pedido esclarecimento sobre os motivos da exclusão da Susep da MP 784.

Ílícitos penais

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Jordan Alisson Pereira, afirmou que a MP atende a compromissos do Brasil no âmbito do G20, que reúne as maiores economias do mundo. Na sua visão, o texto garante mais segurança jurídica, tanto para a administração quanto para as instituições reguladas.

Porém, ele considerou pertinentes questionamentos do Ministério Público (MP) sobre os riscos à apuração de ilícitos penais se os acordos de leni-

ência forem fechados apenas pelo BC ou a CVM.

Jordan Pereira também defendeu a mudança da nomenclatura do cargo dos atuais analistas do BC, que passariam a ser chamados de auditores. Segundo ele, a proposta já foi endossada pelos integrantes da carreira, pouco mais de 3,9 mil servidores. Auditor é nome que melhor expressa as funções que eles exercem junto às instituições do mercado financeiro, argumentou.

— Isso causa uma persuasão moral mais forte na hora de se fazer uma interlocução — disse.

Florisvaldo Justino Machado, que preside o Sindicato dos Servidores da CVM, afirmou que a nomenclatura “auditor” é também mais compatível para os quadros de nível superior dessa autarquia.

Autonomia

Machado reconheceu, em relação aos acordos de leniência, que a participação do Ministério Público se justifica nos casos com repercussão penal, para maior garantia do colaborador. Ponderou, contudo, que muito frequentemente a CVM investiga e pune apenas irregularidades administrativas cometidas pelas empresas ou agentes, o que considera ser atribuição exclusiva da autarquia.

— Quando se tratar de ilícitos administrativos, os servidores não identificam como desejável a submissão institucional da autoridade do mercado de capitais a outra instituição, que tem seu próprio papel — declarou.

Para Machado, faltou na MP a previsão de mecanismo para estimular a denúncia sobre ilícitos por meio da pessoa que soube do fato, mas dele não participou. Já existente em outros países, esse instrumento envolve a oferta de benefício ao colaborador, normalmente uma participação sobre as multas que serão cobradas a quem praticou a irregularidade.

Disputa

O advogado Walfrido Jorge Warde Júnior, sócio do Warde Advogados, foi taxativo ao dizer que nem o BC nem a CVM poderão, sozinhos, conduzir a negociação dos acordos de leniência, pois isso não dará a segurança que os colaboradores procuram.

Também criticou a disputa entre múltiplos órgãos estatais pelo papel de titular para fechar os acordos de leniência.

A audiência foi dirigida pelo presidente da comissão, deputado Fábio Garcia (PSB-MT), ao lado da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA).

Comissões vão discutir privatização de satélite geostacionário

O Senado vai discutir a privatização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas em uma audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A data ainda será definida pelos colegiados.

No requerimento de audiência, de autoria do senador Jorge Viana (PT-AC), aprovado quarta-feira na CCT, foram convidados o ministro da Ciência, Tecnologia e Comu-

nicacões, Gilberto Kassab, o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, e o presidente interino da Telebras, Jarbas José Valente.

Informação

A CCT também aprovou dois requerimentos que pedem informações sobre a anunciada privatização do satélite ao ministro Kassab e ao ministro da Defesa, Raul Jungmann.

Jorge Viana destaca, em seu requerimento, que a intenção do governo é promover em

setembro o leilão de 57% da capacidade civil do satélite, em dois lotes — um com 35% da capacidade e outro com 22%.

Para o senador, a privatização do primeiro satélite nacional “representará perda significativa para o interesse público, no momento em que todo o mundo busca sair à frente na corrida pelo domínio da internet e das telecomunicações”.

— O Brasil tem 50 satélites monitorando o nosso território, todos privados. Nada contra a iniciativa privada, mas o único satélite que lançamos,

com tecnologia nossa, o governo resolveu vender — disse.

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas é o primeiro equipamento geoestacionário brasileiro de uso civil e militar

Investimento

Lançado em maio, do Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, o satélite é fruto de uma parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Ministério da Defesa. O equipamento recebeu R\$ 2,7 bilhões em investimentos.

Pesquisador do Ipea critica a falta de planejamento público no Brasil

O Brasil precisa ter um planejamento para enfrentar problemas futuros, como as crises hídrica, energética e de segurança pública, defenderam ontem os participantes de uma audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o cenário para o desenvolvimento do Brasil até 2035.

O Projeto Brasil 2035, coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresenta os rumos que o Brasil deve tomar para se tornar desenvolvido. O representante do Ipea, Maurício Curado, explicou que existe a possibilidade de haver crise no abastecimento de água e energia. E os cenários estudados, ressaltou, podem ser úteis para o planejamento.

— Os cenários não são políticas públicas. Eles são subsídios à tomada de decisão de política pública ou também das decisões empresariais, à tomada de decisão e formulação de estratégias de longo prazo.

Meta fiscal

Segundo Leandro Couto, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, o Brasil não faz planejamento, apenas discute a meta fiscal para curto prazo.

— Estamos vivendo um período de fragilização de planejamento, e isso não é deste governo, é bom dizer, isso vem de anos. Um sistema de planejamento robusto não serve só a um governo ou a uma linha de pensamento econômico, ele serve ao Estado. Gostaria de convidar a CMO e o Congresso a se somarem a esse esforço de fortalecimento do planejamento.

O deputado Hugo Leal (PSB-RJ), que pediu a audiência, quer que a CMO discuta os investimentos econômicos e sociais com visão de longo prazo.

— Você vai discutir o Brasil na perspectiva de 2035? Você não sabe nem o que vai acontecer amanhã, não sabe o que vai acontecer na semana que vem. As pessoas não entenderam que para você ter um presente com perspectiva, você tem que gerar o planejamento, o futuro. A CMO é o melhor local para discutir esse tema.

Mídia retrata mulher como objeto, aponta debate

Especialistas disseram ontem, em debate do projeto Pauta Feminina, que meios de comunicação, inclusive o cinema, não dão voz às mulheres e reforçam estereótipos

AS MULHERES SÃO apresentadas nos meios de comunicação do Brasil de forma estereotipada, “servidas para o consumo masculino”, afirmou a pesquisadora, historiadora e produtora audiovisual Sandra Machado ontem, num debate promovido pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

De acordo com ela, a imagem das mulheres é deturpada pela objetificação, pelo sexismo, pelo racismo, pela infantilização e até pela animalização.

A pesquisadora, que também é editora do Blog da Igualdade, do jornal *Correio Braziliense*, foi uma das participantes do debate Mulheres, Memórias e Cinema, ocorrido ontem, como parte do projeto Pauta Feminina — iniciativa das Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara dos Deputados e da Bancada Feminina do Congresso Nacional.

Sandra lembrou que as pesquisas de mercado constroem mitos como o de que filmes protagonizados ou dirigidos por mulheres “não dão bilheteria”, ignorando, porém, o sucesso de produções recentes como *Mulher Maravilha*, da diretora Patty Jenkins.

Para a coordenadora do debate, deputada Professora Marcivânia (PCdoB-AP), a trajetória das mulheres na sociedade ainda é contada pelo olhar masculino.

Negra

A pedagoga Neide Rafael reforçou a reflexão de Sandra Machado a partir de sua experiência profissional como professora negra. Ela lembrou



Sandra Machado, Neide Rafael, Professora Marcivânia, Tânia Fontenele e Maria José Rocha Lima em debate promovido por Senado e Câmara

que, a “experiência difícil” de lutar contra diretores e coordenadores por uma escola que ajude os alunos a se compreenderem dentro de um mundo que hierarquiza as pessoas por gênero e raça, ainda é mais dura para as professoras negras.

— O espaço da mulher negra é totalmente diferente do espaço de uma mulher branca, até quando esta última é da periferia — declarou Neide, que também é integrante da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno.

Pioneiras

Emocionada, Neide contou a trajetória de sua família para reforçar a importância da educação. A avó era trabalhadora rural. A mãe, no ambiente urbano, ganhava a vida lavando roupas no Rio Maracanã, no Rio de Janeiro. Ela própria tornou-se professora e a filha, nutricionista.

A cineasta e pesquisadora Tânia Fontenele exibiu trechos do filme *Poeira & Batom* e ressaltou a importância do registro da memória das mulheres que participaram da construção da capital federal.

Pessoas simples

Realizado por ocasião dos 50 anos de Brasília, em 2010, o filme condensa 60 horas de gravação e foca a trajetória de 50 mulheres pioneiras.

— Se não tivéssemos retido essa memória, teríamos perdido essa oralidade importantíssima para nossa história — disse Tânia, informando que cinco das mulheres focadas no filme já eram falecidas quando o realizou e que 15 das 45 que depõem no documentário morreram desde então.

De acordo com a cineasta, a narrativa de *Poeira & Batom* prioriza as pessoas mais simples, focando a trajetória de lavadeiras, professoras,

agrimensoras, comerciantes, enfermeiras, marmiteiras, telefonistas, caminhoneiras etc., que dão raro depoimento sobre as condições de vida então.

Uma delas, Joseny, da Vila Planalto, lembra que a primeira palavra que a filha aprendeu a falar foi “rato”, de tanto ouvir “ato, ato, ato”, quando a mãe advertia sobre os ratos que subiam sobre a casa para fugir das águas que começavam a formar o Lago Paranoá.

Narrativa masculina

Segundo Tânia, essas mulheres jamais entraram para a narrativa masculina da construção de Brasília e muitas delas se encontravam com a autoestima muito baixa quando foram procuradas para participar do filme.

— “Minha amiga, eu já estava com o pé na cova. Ninguém queria saber de minha história”, disse uma delas — contou Tânia.

Eunício: projeto sobre Funrural pode ser promulgado Sancionada nova autarquia que administrará legado olímpico

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que, se não houver recurso na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 13/2017, que trata das dívidas do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), poderá ser promulgado na próxima semana.

— Ainda tem prazo de cinco dias para recurso. Não havendo recurso, farei a promulgação.

Aprovado na CCJ na quarta, o PRS 13/2017 beneficia os produtores rurais com dívidas com o Funrural. O texto suspende a aplicação de dispositivos da Lei da Seguridade Social

relativas à contribuição para a Previdência do trabalhador rural que foram considerados inconstitucionais pelo Supremo em 2010 e 2011.

O projeto foi aprovado em decisão terminativa na CCJ, mas, caso haja recurso, pode ser votado pelo Plenário.

Segundo o STF, havia inconstitucionalidades na lei do Funrural, como a bitributação do produtor e empregador rural (pessoa física), já que ele pagava a contribuição sobre a folha de salários e sobre o faturamento da produção. O tratamento não era isonômico com o produtor rural que não tinha empregados, que

só pagava o imposto sobre o resultado da comercialização. A decisão do STF levou inúmeros produtores rurais a deixar de recolher o tributo.

No entanto, em março, o STF voltou atrás e declarou a constitucionalidade da cobrança do Funrural para empregadores rurais pessoas físicas e decretou a cobrança retroativa do tributo dos últimos cinco anos.

A autora do texto, Kátia Abreu (PMDB-TO), garantiu que, com o projeto, os produtores rurais não estão fugindo de contribuir com a Previdência.

— Queremos agora discutir como o setor poderá também contribuir com a Previdência.

Foi sancionada a Lei 13.474/2017, que transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo). O texto (MPV 771/2017) foi aprovado pelo Senado em 1º de agosto.

A nova autarquia vai elaborar o plano de utilização das instalações esportivas e administrar o legado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, como os ginásios esportivos.

A Aglo absorverá os recursos patrimoniais, as obrigações,

parte do quadro de cargos em comissão e funções gratificadas da APO, extinta em 31 de março deste ano.

Com sede no Rio de Janeiro, a Aglo funcionará até que sejam tomadas as providências de longo prazo sobre a destinação do legado olímpico ou até 30 de junho de 2019, o que ocorrer primeiro, e o quadro de pessoal será desativado. Ficarão automaticamente exonerados ou dispensados os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança e devolvidos aos órgãos de origem os servidores requisitados ou cedidos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Modelo de emprego está mudando, segundo OMC

Chefe da Organização Mundial do Comércio disse que as novas tecnologias vão causar desemprego em massa e é preciso preparar a população para o novo perfil do trabalho

ODIRETOR-GERAL DA Organização Mundial do Comércio (OMC), o diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, apresentou, durante uma audiência pública ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE), um diagnóstico do impacto da adoção de tecnologias no desemprego gerado no mundo.

Segundo ele, 80% das perdas de postos de trabalho nas economias avançadas são ligados à inovação tecnológica. Esse fenômeno tende a ser ainda mais forte nos países em desenvolvimento, como o Brasil, provocando crises estruturais de desemprego.

Azevêdo informou que apresentou esses estudos, baseados em dados oficiais dos próprios países, durante um encontro do G-20 na China em outubro do ano passado. Para ele, o quadro pode se agravar em nações como o Brasil, devido ao despreparo técnico-científico de boa parcela da população.

— Esse tema ainda não é percebido como uma prioridade na agenda do país, mas não tenho nenhuma dúvida de que em breve estará. Quanto menos preparada estiver a mão de obra, mais ela será afetada e substituída pelo processo de inovação tecnológica, mesmo que essa mão de obra seja barata — advertiu.

Irreversível

O diretor disse ter deixado claro durante o encontro que a eliminação de postos de trabalho devido a processos de inovação tecnológica é “irreversível e continuará se aprofundando”.

Segundo ele, a OMC trabalha em um novo documento oficial a ser apresentado ao G-20, com sugestões de medidas aos líderes. Ele ressaltou que não existe uma “receita tópica” que possa servir a todas as nações, devido às peculiaridades socioculturais de cada uma, mas há desafios que são comuns a todas para que não sofram com o desemprego estrutural.

— Empregos estão sendo criados em outras áreas mais

avançadas. O problema é essa demanda não ser preenchida por falta de recursos humanos preparados. A solução não é fácil e passa necessariamente por um esforço de Estado, envolvendo inclusive estratégias de planejamento por décadas, além de horizontes eleitorais.

Essa estratégia de Estado, disse Azevêdo, inclui a reformulação dos modelos educacionais e retreinamento da força de

trabalho. Segundo levantamentos da OMC, dois terços das crianças que ingressam hoje no ensino fundamental trabalharão em profissões que ainda não foram criadas.

— É necessário desenvolver um modelo educacional que prepare sua força de trabalho para uma indústria de serviços e de produção que não é mais a do século 20. Saber ler e escrever é o mínimo do mínimo.

É necessário um processo educativo muito mais sofisticado, envolvendo a interação com a computação, a tecnologia de softwares e o desenvolvimento de maquinário — advertiu.

Modelo chinês

Em resposta a Cristovam Buarque (PPS-DF), Azevêdo chamou a atenção para a China, que, no seu entender, é uma nação que já vem transitando

para esse novo modelo.

Segundo ele, boa parte do mundo ainda analisa a explosão do crescimento chinês como ligada à mão de obra abundante e barata, mas que isso é hoje “apenas parte da resposta, e mais ligada ao início do processo”, pois o país já “transita decidido para uma economia baseada em alta tecnologia”.

— Há apoio governamental forte por trás dessa nova estratégia, que merece ser estudada com profundidade, sem os mitos do passado. Os salários na China estão crescendo, tanto que boa parte da indústria baseada em mão de obra barata já vem optando por outras nações da Ásia.

Azevêdo reconheceu que o modelo chinês é “sui generis”, por misturar estratégias típicas do socialismo com o capitalismo, porém “funciona”.

Cristovam disse preocupar-se com os investimentos chineses na produção de soja em países africanos, que poderão no futuro prejudicar fortemente as exportações brasileiras.



Roberto Azevêdo e o vice-presidente da CRE, Jorge Viana, em audiência que discutiu o impacto da tecnologia

Para Azevêdo, sentimento antiglobalização vem crescendo no mundo

O crescimento de partidos nacionalistas em diversos países da Europa, a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos são alertas de um “forte e verdadeiro sentimento de exclusão” de parcelas da população no que se refere à globalização da economia.

— Há um temor, como se deu na Inglaterra, de que o que vem de fora vai retirar as oportunidades de crescimento e trabalho do morador local. Esse sentimento também vem se manifestando em outros países, com partidos protecionistas ganhando mais espaço — disse o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo na reunião da CRE.

Ele afirmou que esse sentimento de não-pertencimento foi percebido nos Estados

Unidos antes da eleição presidencial pelo então presidente Barack Obama, que num encontro com o brasileiro admitiu que “aquí as pessoas veem a globalização como algo que interessa de fato somente às grandes corporações”.

Pequenas e médias

No entanto, Azevêdo avalia que tanto a Organização Mundial do Comércio quanto as lideranças de cada país precisam priorizar estratégias inclusivas das pequenas e médias empresas nos novos acordos.

— Um obstáculo no comércio internacional que para uma grande empresa é apenas uma linha num acordo, para uma pequena ou média pode inviabilizar sua inserção. Agora temos que facilitar a vida das pequenas e médias, por-

que são as grandes provedoras de empregos. O potencial é enorme — aponta ele.

Azevêdo chamou a atenção para o fato de que no Brasil 95% das exportações são realizadas por apenas 5% das empresas do país. Ele contou que recentemente fez visitas à sede de grandes companhias de plataformas comerciais nos Estados Unidos, como eBay, Google e Facebook, quando foi apresentado a dados mostrando o que acontece com pequenas empresas que conseguem exportar.

— Essas têm uma taxa de sobrevivência e expansão infinitamente superior às que não participam do comércio internacional. O comércio internacional alavanca a pequena e média de uma maneira extraordinária, muito mais que o mercado doméstico — esclareceu o diplomata.

co — esclareceu o diplomata.

Além disso, Azevêdo afirmou que a OMC também busca aprofundar as negociações multilaterais em torno do comércio eletrônico e da facilitação de investimentos e da agricultura, “por mais difíceis e complexas que sejam estas conversas”.

Segundo ele, a organização não cai no “falso dilema” entre negociações bilaterais, regionais ou multilaterais. Ele disse que 2017, muito provavelmente, marcará o sexto ano seguido em que a taxa de crescimento comercial no mundo ficará abaixo de 3%.

— Isso é algo sem precedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Vejo isso como um fenômeno muito preocupante e um desafio aos líderes políticos globais — alertou.

DÊ SUA OPINIÃO

Sugestão legislativa quer acabar com o IPVA

Tramita na Comissão de Direitos Humanos (CDH) uma sugestão legislativa pedindo a extinção do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA). A SUG 33/2017 veio de uma ideia apresentada por meio do portal e-Cidadania e apoiada por mais de 20 mil internautas.

O autor da sugestão, o cidadão Amaurício Borba, de

Santa Catarina, argumenta que a carga tributária brasileira é muito alta e o Poder Público presta serviços ruins aos cidadãos. Sendo assim, na opinião dele, seria preferível diminuir a quantidade de impostos existentes. No caso dos veículos automotores, além de impostos embutidos no preço, como o ICMS e o Imposto so-

bre Produtos Industrializados (IPI), ainda incide o IPVA, pago anualmente.

A sugestão aguarda a designação de um relator na CDH. Depois disso, o relator escolhido vai estudar o assunto e propor a transformação da sugestão em projeto de lei ou o seu arquivamento.

Conforme as regras do por-

tal e-Cidadania, qualquer cidadão pode apresentar ideias de novas leis.

Aquelas que alcançam o apoio de pelo menos 20 mil internautas são encaminhadas à CDH para análise dos senadores. Não são aceitas, entretanto, ideias que tratem de assuntos que não estejam dentro das atribuições do Senado ou que afrontem os princípios da Constituição.

Qual a sua opinião sobre o projeto?



Vote em:

<http://bit.ly/SUG33-2017>

■ Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidadania

■ Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal

Senado vai analisar parcelamento de dívidas de estados e municípios

Medida Provisória aprovada na Câmara dos Deputados, na terça-feira, prevê redução de multas, parcelamento da dívida com o INSS e encontro de contas entre municípios e União

O SENADO VAI examinar a medida provisória que concede parcelamento de dívidas previdenciárias de estados e municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O parcelamento será aplicado a dívidas vencidas até 30 de abril deste ano, mesmo as de parcelamentos anteriores ou inscritas em dívida ativa. A MP 778/2017 foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados na terça-feira, na forma do projeto de lei de conversão (PLV 25/2017) do relator, senador Raimundo Lira (PMDB-PB).

Por 276 votos a 100, foi aprovada emenda do deputado Herculano Passos (PSD-SP) que prevê encontro de contas entre os municípios e a União quanto a dívidas previdenciárias e pagamentos indevidos que teriam gerado crédito às cidades perante o governo federal.

Os valores a serem parcelados dependerão do saldo final desse encontro de contas entre os municípios e a Previdência Social. A emenda cria o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo do Gabinete da Presidência da República e à Receita Federal e cuja composição será definida em decreto.

Partes dos créditos sobre os quais houve controvérsias poderão ser objeto de revisão por esse comitê. A diferença apurada ao final dessa revisão deverá ser descontada do parcelamento ou a ele incorporada com atualizações.

Pagamentos indevidos

Os defensores da emenda argumentaram que o encontro de contas é previsto há muito tempo na legislação, mas os governos têm se recusado a fazê-lo.

— Em várias ocasiões, os municípios pagaram mais do que deviam para o INSS, e esse é o momento de fazer justiça — afirmou Herculano Passos, autor da emenda.

Entretanto, para o líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a aprovação da emenda não fazia parte do acordo que viabilizou a aprovação do projeto de lei de conversão com o desconto de multas de 40%.

Segundo a emenda, diversos tipos de pagamentos deverão ser considerados nesse encontro de contas, como a contribuição previdenciária dos agentes eletivos federais, estaduais ou municipais; parte da contribuição incidente sobre verbas indenizatórias (um terço de férias ou sobre auxílio-



Acordo negociado pelo relator, Raimundo Lira, aumentou os descontos de multas para 40%

-doença, por exemplo); contribuição previdenciária paga sobre a remuneração de servidores com cargo em comissão que possuem vinculação com regime próprio de Previdência Social no cargo de origem; e o estoque de valores devidos pelo INSS referentes ao encontro de contas disciplinado pela Lei 9.796/99, entre outros.

Desconto maior

Em relação ao texto original da MP, a novidade no relatório é o aumento do desconto das multas e dos encargos legais, que passa de 25% para 40%. Segundo o relator da MP, Raimundo Lira, o impacto de renúncia fiscal do governo com a mudança será de cerca de R\$ 3 bilhões de 2018 a 2020, aumentando o total de descontos concedidos de R\$ 35,3 bilhões para R\$ 38,3 bilhões.

Dados da Receita Federal de junho de 2017 apontam um montante de R\$ 90,1 bilhões de débitos previdenciários exigíveis de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Lira também acatou emenda para incluir uma devolução de recursos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para os regimes próprios de Previdência de estados e municípios em um encontro de contas.

Esses pagamentos são relativos ao período de 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição, e 5 de maio de 1999, data de publicação da Lei 9.796/1999, que disciplinou a compensação de contribuição entre os regimes.

Em 2017, essa compensação beneficiará os municípios, que receberão parcelas de até R\$ 500 mil enquanto não zerar o valor a receber.

A partir de 2018, durante um pe-

ríodo de até 180 meses, os estados e o Distrito Federal (DF) receberão parcelas de R\$ 1,5 milhão.

A expectativa do relator é de que o crédito a receber seja pago em até 15 anos. Segundo Lira, no primeiro ano, 11 estados teriam seus créditos quitados, e outros 12 estados nos próximos oito anos. São Paulo demoraria 11 anos para receber tudo, e o DF 15 anos.

Entrada e parcelas

Para aderir ao parcelamento, deverá ser pago o equivalente a 2,4% do valor total da dívida consolidada, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, no período de julho a dezembro de 2017.

Como o texto aprovado posterga o prazo de adesão de 31 de julho para 31 de outubro, quem aderir posteriormente ainda assim terá de quitar a entrada até o fim do ano.

De acordo com o texto, o restante da dívida poderá ser pago em até 194 parcelas com reduções de 40% de multas e encargos legais, de 25% dos honorários advocatícios e de 80% dos juros de mora.

As parcelas terão o menor de dois valores: 1/194 do saldo ou 1% da média mensal da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior ao do pagamento da parcela.

Em razão de os entes federados terem até fevereiro de cada ano para enviar ao governo federal os dados sobre a RCL do ano anterior, as parcelas de janeiro a março de um determinado ano serão calculadas com base na média de dois anos anteriores.

Se houver resíduo após o pagamento da última parcela, ele poderá ser pago à vista ou em 60 prestações.

Da Agência Câmara

Comissão adia exame de débitos não tributários

A comissão mista que analisa a medida provisória da renegociação de dívidas não tributárias votará na terça-feira, às 14h30, o relatório do senador Wilder Moraes (PP-GO). A MP 780/2017 será apreciada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, que acolheu algumas emendas e sugeriu mudanças no texto original.

A medida institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD). O programa é uma espécie de Refis, que permitirá a renegociação de dívidas com autarquias, fundações públicas federais e com a Procuradoria-Geral Federal (PGF). Mas excetua dívidas com órgãos vinculados ao Ministério da Educação e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Poderão ser quitados débitos não tributários vencidos até 31 de março de 2017 de pessoas físicas ou jurídicas.

Os débitos de natureza não tributária compreendem multas de diversas origens, como administrativa, trabalhista, eleitoral e penal, e dívidas com órgãos como o Incra e o INSS. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 3,4 bilhões e reduzir o contingenciamento em 2017.

Emendas

Das 55 emendas apresentadas por deputados e senadores, Wilder acatou duas na íntegra e outras sete parcialmente. As demais foram rejeitadas. Acatada totalmente, a do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) exclui do programa o devedor que deixar de pagar seis parcelas alternadas. Na redação original, a exclusão se daria após o não pagamento de três parcelas alternadas.

A outra acolhida integralmente, do senador José Medeiros (PSD-MT), reduz as pré-condições para o devedor participar do PRD e permite renegociação de dívidas junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ligado ao MEC.

Em seu substitutivo, o relator exclui do PRD os débitos perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e abre possibilidade de o pagamento de juros e multas ser parcialmente convertido em projetos de investimentos prioritários para o governo.

Débitos vencidos

Wilder também acrescentou a inclusão de débitos vencidos no programa até a data de publicação da futura lei, a explicitação de que os descontos abrangem as multas aplicadas pela ausência de recolhimento de receitas públicas e outras mudanças pontuais.

A análise do relatório estava previamente marcada para o dia 23, mas foi adiada devido ao grande número de reuniões simultâneas de comissões permanentes e mistas no Senado naquela data.

A comissão mista da MP 780 é presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PSD-SC) e o relator revisor é o deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR).

Impacto da reforma trabalhista será discutido em audiência

A reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e seu impacto na vida do trabalhador será tema de audiência na segunda-feira, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O debate é parte de uma série de audiências públicas interativas sobre as reformas previdenciária e trabalhista

que a CDH tem promovido.

Foram convidados representantes de entidades de trabalhadores, de empregadores e de advogados trabalhistas, além de integrantes do Ministério Público do Trabalho, da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho.

A audiência foi proposta por Paulo

Paim (PT-RS), vice-presidente da comissão. Uma subcomissão da CDH discute a proposta de criação de um Estatuto do Trabalho, com objetivo de substituir a reforma trabalhista.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate